

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0024441

F
338.9
R165



CÂMARA DOS DEPUTADOS

THALES RAMALHO
Deputado Federal

AS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO
E O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Discurso proferido na sessão
de 27 de outubro de 1972

F 328.32
R165i

AMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1973



CÂMARA DOS DE

THALES RAMAL
Deputado Feder

AS INDÚSTRIAS ME
MECÂNICAS, DE MATE
E O DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido n
de 27 de outubro d

F
328.32
R.165 i

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
Brasília — 1973

O SR. THALES RAMALHO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Metalúrgicas Mecânicas e de Material composto de empresas com investimentos importância germinadora indiscutível, ta Alumínio S.A., ASA, que partirá agora alumina, Aço Norte, COSINOR, M Phillips, Pirelli, Herberto Ramos, H. K nas Piratininga, Noraço, Wolff do Moura, Ford Willys, Caio, Silber, Term Tubos Guararapes, CIMAF, General Rádio e Televisão, CESMEL, F. Cont do Norte, Produtos Elétricos S. A., Sa Chelna, além de outras relacionadas n Secretaria de Indústria e Comércio, de pela voz do jovem e brilhante engenhei — nome que honrou esta Casa do Con pública brasileira durante longos anos — da Fazenda um memorial, cuja importã a atuação do Governo.

"Não se trata de apresentação de p ção, ora de sugestões, ora de dificulda dizes com o interesse público, o mais

O documento trata dos seguintes a

"A Matéria Trat

O presente Memorial trata dos segu

- A — Criação de um Polo de Indú gicas na Área Metropolitana
- B — Política de Comercialização Nordeste.
- C — Terminal Marítimo da SUA *Draw-Back.*

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
F24	4/4/75

- D — Distorções na Captação dos Incentivos Fiscais.
- E — Financiamento às indústrias integrantes do Polo Mecânico.
- F — Saldo Médio Bancário.
- G — Custo da Energia Elétrica para fins industriais.
- H — Assessoria Coordenada e Permanente dos Ministérios da Fazenda, Interior e Planejamento, no Nordeste.
- I — Formação de Mão de Obra Especializada.
- J — Louvor, a alguns programas e a algumas medidas que serão, em seguida, isolada e especificadamente apresentados pelo Governo de Pernambuco e demais órgãos empresariais.

A — *Criação de um Polo de Indústrias Mecânico-Metalúrgicas na Área Metropolitana do Grande Recife*

O Recife Metropolitano é, sem dúvida, o mais importante centro universitário e industrial do Nordeste. Como tal, apresenta condições excepcionais para desenvolver, como comprova o esforço já despendido nesse sentido, um parque mecânico-metalúrgico capaz de atender à demanda de peças e componentes industriais. Demanda esta, atualmente intensificada, inclusive pela implantação de novas indústrias em toda a Região, tornada possível, através dos incentivos da SUDENE.

Esta vocação já se fazia presente há mais de 30 anos quando aqui operavam algumas fundições e oficinas de pequeno e médio portes, a maioria das quais orientadas quase que exclusivamente em função do parque açucareiro regional.

Hoje, no Grande Recife e municípios circunvizinhos, estão localizadas grandes indústrias, como as que foram mencionadas anteriormente e muitas outras que integram um florescente complexo de empresas siderúrgicas, mecânicas, metalúrgicas e de material elétrico.

A existência dessa ponderável concentração industrial, representa pre-condição indispensável à criação e fortalecimento de um «polo de indústrias mecânico-metalúrgicas», nesta área. Através deste, congregando-se e integrando-se as empresas existentes e outras que venham a se instalar, inclusive na Região Norte do País, será possível dinamizar este setor germinativo, reconhecidamente imprescindível para o desenvolvimento regional. Em verdade, a sugerida criação do polo-mecânico, apenas complementada

a natural fixação do Recife, como polo de integração atuante no processo global do desenvolvimento.

A formação desse polo em bases sólidas dependerá de que se criem as condições necessárias para que as indústrias possam operar numa escala adequada. Não tem ocorrido, como seria desejável, uma atuação coordenadora nesse sentido, ação esta que deverá ser exercitada.

Acreditamos não ser aconselhável projetos que se integram e complementam um complexo mecânico-metalúrgico. Razões: falta de facilidades de comunicações e transportes, falta de centralização e centralização tecnológica, concentração.

Oportuno lembrar que o fortalecimento do polo mecânico-metalúrgico não se dá apenas ao Nordeste. Poderá ter um desenvolvimento agrícola e industrial através do processo de integração já foi promissora. Pode constatar essa necessidade, inclusive através da atuação pelo INCRA, de concorrência para instalação de açúcares e destilaria em Altamira, no Nordeste, que é marco inicial do processo de industrialização cujo futuro irá depender, em boa medida, da existência de peças e componentes fabricados no Nordeste.

O principal problema com que se defrontam as indústrias mecânicas e metalúrgicas desta Região, se refere à produção. Esta deverá ser equacionada através de medidas de grande alcance, pois seria, por exemplo, a fabricação de tratores, tipo "Jeep" e "Rural" e de máquinas e tratores, para atendimento do mercado interno, não afastado o fornecimento de alguns componentes instalada no Centro-Sul.

Outrossim, a ampliação da fronteira industrial através da integração do Nordeste Meridional causará um aumento substancial na demanda por máquinas agrícolas. Por isso, o aparelhamento das indústrias regionais, voltadas para aquele mercado, através do fortalecimento em termos definitivos do polo mecânico instalado nesta Região.

Poder-se-á mesmo afirmar que, já existem indústrias existentes em Pernambuco, produzindo grande parte das peças e componentes para a indústria automotiva (fundidos de ferro, aço, não

mecânicas, arames, fio máquina, perfilados, trefilados, engrenagens, etc.), estando dependente tão somente no que se refere a chapas e alguns acessórios menores, apenas produzidos no Centro-Sul.

Outro aspecto a ser assinalado seria a integração entre empresas do Sul e do Nordeste para estabelecimento de programas complementares de produção ou fixação de linhas de especialização entre as mesmas.

Finalmente, pela importância de que se reveste a providência para as empresas pertencentes ao setor e para a própria economia da Região e do País, este Sindicato toma a liberdade de sugerir a V. Exa. a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial para analisar em profundidade as questões ora levantadas.

A exemplo dos estudos e medidas que foram executadas em relação ao Polo Petroquímico da Bahia, advoga-se a urgente necessidade de um estudo global do problema da indústria mecânica e metalúrgica do Nordeste, a fim de que medidas de envergadura possam ser equacionadas e tomadas no interesse da Região. Tudo, em ação conjunta dos interessados, devida e definitivamente orientada para a decisão do Governo, favorável à criação do mencionado Polo Mecânico.

B — Política de Comercialização da C.S.N. em Relação ao Nordeste

Levando-se em conta o número já bastante considerável de empresas que, atuando nos setores de caldeiraria, artefatos, peças e componentes, utilizam como matéria-prima produtos planos de aço, julga-se vital para o desenvolvimento em escala econômica dessas empresas, a fixação de uma política igualitária de preços, em termos nacionais, para tais produtos. Não se advoga subsídios para implantação dessa política. Pede-se, sim, uma homogeneização dos componentes produtos mais fretes. Evitadas assim, em termos nacionais, distorções no processo de desenvolvimento, mormente numa área onde através de todo um esforço já despendido e a despendido pela SUDENE e empresas, aliado à almejada integração com a rica região amazônica, a matéria-prima de aços planos, da CSN, USIMINAS e COSIPA, é imprescindível. Além de que não deverá ser fornecida em termos de preços disparados entre regiões, especialmente quando é ainda, e por algum tempo, problemática a escala econômica de produção, em nossa Região.

Considerando a importância dos aços planos como matéria-prima indispensável à própria sobrevivência dessas empresas, preocupa-nos, também os cortes efetuados pelas usinas fornecedoras. Cortes estes tão acentuados nas últimas programações

trimestrais, quando atingiram o alto patamar dos preços. É importante frisar que estes cortes afetam diretamente a majoração dos custos de produção, a aquisição de matéria-prima nas referidas fábricas, a compra de complementares junto à rede de distribuição, e, portanto, os preços bem mais altos. Tal circunstância, aliada ao fato de que, neste momento, num enorme prejuízo para o consumidor, estes fatos não emanam de um tratamento presas estatais ou do Governo Central, mas de uma política de preços determinada pelo Governo. Resultam de uma prioridade que certa vez foi dada à indústria siderúrgica. Todavia, apesar do imenso esforço que tem efetuado no sentido de elevar a produção nacional, como bem demonstra o Plano Siderúrgico, que tal esforço só colherá frutos positivos se for acompanhado de uma política de preços. Sendo assim o Nordeste brasileiro, que tem sido o grande beneficiário do aumento de planos de aço, com soluções que desejamos como saída para este impasse, não deve ser prejudicado pela política Central para importação, com isenção relativa aos cortes já referidos. Sobre tais cortes somente se verificam nas últimas programações, como aliás vêm ocorrendo ultimamente.

Finalmente, como alternativa de política de preços, a criação de uma rede distribuidora como para o pequeno produtor, que voltem a funcionar no Recife, Pernambuco e demais produtoras de laminados planos de um estoque estratégico indispensável para as indústrias consumidoras locais.

C — Terminal Marítimo de Suape e Back

Este Sindicato se associa ao Governo Federal em suas reivindicações das mais oportunas, justas e necessárias para Pernambuco e o Nordeste: a construção de um terminal de Suape.

Situado na extremidade oriental do porto, flue grande parcela do comércio representado pelas exportações de açúcar, café, óleos vegetais, caudas de lagostas, etc. Ditas exportações participam de forma direta e indireta da receita cambial do País.

Nos anos mais recentes, entretanto, devido à falta de adequada localização, em pleno centro urbano, tem podido expandir-se na escala necessária para atender à falta de espaço livre na orla do cais, a

tria, afora os sérios problemas de tráfego decorrentes da movimentação de cargas pesadas na área central da cidade.

O problema em questão tem sido objeto de grandes preocupações por parte do Governo e das classes responsáveis do Estado. No entanto, até agora, não se chegou, ainda, a uma solução definitiva.

É reconhecido, todavia, que como medida inicial de grande envergadura e da maior urgência, está a construção do Terminal Marítimo de Suape, sem dúvida uma das procedentes exigências do processo de desenvolvimento regional.

Cumprе salientar que Pernambuco, nesta reivindicação, está na posição de polo de desenvolvimento e tradicional corredor do comércio marítimo do Nordeste, agora também estendido a uma grande parte da Região Amazônica.

Situação estratégica e tradicional esta, que não haverá de ser desprezada na execução do Programa de Integração Nacional (PIN) o qual compreende, inclusive, a "implantação de Corredores da Exportação", no Nordeste para criar a infra-estrutura, altamente especializada de transporte que permita a exportação, em larga escala, de produtos agrícolas e manufaturados.

É de se ver que a integração dessas duas regiões irá desenvolver, em futuro próximo, um vigoroso fluxo de comércio em ambos os sentidos. Isto, pela necessidade de se escoarem os bens ali produzidos, alguns dos quais exportáveis, e, por outro lado, pela exigência da importação de insumos e mercadorias indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre esses, assumem particular relevância os produtos derivados do petróleo, que deverão atingir o interior daquela área, através de um longo caminho que, geograficamente, se inicia em Pernambuco. Portanto, dentro dessa ótica, a construção do referido terminal transcende os interesses deste Estado, para se projetar como uma medida de grande alcance para a economia do País, e até mesmo da segurança nacional.

O Governo de Pernambuco pleiteia ainda duas providências que complementarão a construção do aludido terminal e que são merecedoras de aplausos: a) a instalação de uma Refinaria de Petróleo, antiga e positiva aspiração deste Estado, para atendimento do amplo mercado regional e dos centros de consumo que se formam ao longo da Rodovia Transamazônica; b) a estruturação e implantação, nas proximidades do aludido local, do primeiro "Distrito Industrial Draw-Back" do País, como experiência pioneira capaz de dinamizar o setor exportador do Estado em relação às grandes projeções do comércio exterior brasileiro, para os próximos anos. É capaz também de absorver a grande oferta

de mão-de-obra que se constata existir no Grande Recife.

D — *Distorções na Captação dos Incentivos*

É sabido que o PIN e o PROTEC são instrumentos estratégicos do desenvolvimento do Nordeste. A criação da década de 60, destinada a garantir o crescimento regional acima de 8% ao ano, com base no «fortalecimento do processo de desenvolvimento, com o apoio, principalmente, de incentivos fiscais».

É do conhecimento geral a facilidade com que foram captados recursos dos artigos 34/18 do Plano de Incentivos Industriais aprovados na área do Nordeste.

Tal fato é facilmente explicável, em primeira consideração que o volume de projetos aprovados e recursos aos mesmos alocados, eram, na maioria, de incentivos depositados no Banco do Nordeste.

Mas, contrariamente ao que se poderia esperar, o número de projetos aprovados foi aumentando e o volume de incentivos foi decrescendo. Criou-se, assim, uma grande expectativa em função do desenvolvimento nacional, para pesca, SUDAN, turismo, etc. O PIS é, mais recentemente para a construção de projetos para o PROTERRA.

Assim, a partir de 1967, começaram a ser captados recursos cada vez mais acentuados. No ano de 1967, os recursos do Banco do Nordeste foram de Cr\$ 456,7 milhões, contra Cr\$ 300,0 milhões em 1966. Os cronogramas aprovados para os projetos em 1967 atingiram o total de Cr\$ 679,9 milhões, contra Cr\$ 456,7 milhões em 1966. Em 1970, os depósitos atingiram o total de Cr\$ 777,6 milhões, contra Cr\$ 679,9 milhões em 1969. No ano passado, o quadro se agravou, com o total de recursos depositados para Cr\$ 777,6 milhões (Decreto nº 23 de julho de 1972). Os recursos captados no corrente ano são ainda mais desanimadores, em termos absolutos no que se refere aos depósitos arrecadados.

O quadro que se apresenta gerou uma rede de corretores e especuladores que cobram comissões extorsivas para a obtenção de recursos. Tais comissões são pagas

6 a 10 meses em relação às liberações, provocando, como se pode imaginar, uma total impraticabilidade nas implantações.

O volume de recursos despendidos no pagamento dessas comissões é lesivo aos interesses da integração econômica do País porquanto além de especulativos, dificultam, na maioria dos casos, o cumprimento dos cronogramas dos projetos, cujos custos ficam, dessa forma, sobremaneira elevados, e com suas rentabilidades comprometidas.

É fácil de perceber como este mal está criando gravíssimos problemas para as regiões Norte e Nordeste e obstaculando seriamente o seu desenvolvimento.

Como indicador dessa situação poder-se-ia citar a sensível aceleração do fluxo migratório de técnicos para o Centro-Sul. Não quer isto dizer que o Nordeste tenha estancado. Isto apenas indica que está havendo uma desaceleração no processo de desenvolvimento regional.

Os fatos enumerados criam problemas cumulativos, comprometedores de todo um esforço e diluidores de uma projeção regional de mercado, esta em fase de retrocesso em alguns setores.

Várias alternativas já foram sugeridas na luta pela correção de tais distorções. Não se identifica neste documento qual a melhor das alternativas. Apenas é declarada a certeza de que várias deverão ser postas em prática, sob pena de se verem frustrados os esforços do Governo e da iniciativa privada para a promoção acelerada no desenvolvimento regional.

E — Financiamento às Indústrias Integrantes do Polo Mecânico

Foi assinalada em tópico anterior deste documento a necessidade de se estimular a formação de um "polo mecânico" em Pernambuco, como suporte indispensável à dinamização das economias do Norte e Nordeste. Confia-se que, se concorde com a sugestão, V. Exa. saberá tomar as medidas pertinentes, na brevidade que o caso requer.

Não obstante, e sem prejuízos dos estudos globais a serem para tanto procedidos, poderiam ser concretizadas algumas medidas de caráter mais imediato, de ampla repercussão e altamente benéficas para o parque mecânico metalúrgico regional.

Efetivamente, o setor industrial que este Sindicato congrega, vem ressentindo-se de falta de um mecanismo financeiro específico. Mecanismo financeiro que além de mais adequado e eficaz, seria absolutamente indispensável como suporte ao programa de reequipamento e racionalização do aludido setor.

Uma análise, ainda que superficial, mostra que uma grande parte das indústrias, após várias voltas com sérios problemas de natureza financeira, encontram-se com problemas à séria questão da escala metendo sobremaneira a economia.

Por outro lado, as condições econômicas, como por exemplo, a sazonalidade das vendas, dificultam os respectivos prazos dos mecanismos normais de financiamento. Isso acontece por uma simples razão: a maioria dessas empresas nem sempre consegue obter os financiamentos nos prazos e condições desejadas.

Assim não acontece no Sul, onde se permite um alto índice de utilização dos recursos, por conseguinte, maior eficiência de financiamento através do FINAME.

Dai entender-se que a solução para além dos financiamentos normais e dos cursos do PROTERRA para essas empresas operaria mediante a constituição de um fundo de repasso pelos agentes financeiros e investimentos dos Estados, com jurisdicção para o pagamento da aquisição de máquinas e equipamentos para as indústrias mecânicas, metalúrgicas e de implementos agrícolas que produzem para a agroindústria, agropecuária e para a indústria de inclusão dessas empresas entre os setores da economia. Seria inclusive, o aspecto de não ferir a estrutura agrária regional.

Outra medida paralela e de idêntico caráter seria a de adequar aqueles recursos para operações de financiamento de forma de aumento e abertura de crédito sob a forma da vigente legislação disciplinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Aberto. Tal providência, como é fato, seria a definitiva reorganização desse setor da economia de Pernambuco e do Nordeste, visando ao atendimento das exigências de produtividade, padrões sociais e acréscimo de eficiência.

F — Saldo Médio Bancário

A obrigatoriedade de saldo médio em contas correntes, vem acarretando sérias dificuldades para as empresas.

e comerciais, principalmente em determinados períodos do calendário, referentes às obrigações fiscais e trabalhistas, quando necessitam elas sacar, na maioria das vezes, razoável parcela de seus saldos.

Tamanha é a preocupação dos bancos locais nesse sentido que, muitas vezes, verificada uma diminuição sensível nos saldos, as duplicatas apresentadas pelas empresas responsáveis permanecem sem desconto por vários dias, até que se restabeleça o nível normal de depósito. Não se tem levado sequer em consideração, que o produto do desconto é suficiente para cobrir as diferenças eventuais, nos saldos médios exigidos.

Tal prática vem sendo adotada regularmente pela totalidade dos bancos comerciais privados e estabelecimentos oficiais, criando enormes problemas no que se refere à continuidade das operações bancárias, para a maioria das empresas regionais.

G — Prêmio sobre Exportações Aéreas (IPI)

Recentemente, o Parecer Normativo, CST nº 149, de abril de 1972, dirimiu as dúvidas existentes e concluiu pela exclusão do prêmio IPI sobre fretes e seguros, nas exportações através de aeronaves.

Dado as dificuldades que algumas exportadoras da Região têm encontrado para efetuar os seus embarques por via marítima, em virtude das exigências, por parte dos importadores relativos aos prazos de entrega, têm sido utilizados os fretes aéreos.

Solicitamos a atenção de V. Exa. para o exame do prêmio IPI na hipótese da utilização dos fretes aéreos, enquanto medidas de envergadura não sejam tomadas para dotar Pernambuco de um Terminal Marítimo a altura do fluxo de tráfego que o desenvolvimento da região vislumbra.

H — Custo da Energia Elétrica para fins industriais

É sabido que, o elevado custo da energia elétrica no País, tem sido um dos obstáculos ao seu mais acelerado desenvolvimento industrial. Tal circunstância se evidencia ainda mais em nossa Região, se devidamente considerados os problemas de escala econômica de produção, comuns à grande maioria das indústrias locais (ver anexos).

A incidência do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica para fins industriais representa, atualmente, um pesado encargo que o Nordeste, pelo estágio de seu desenvolvimento, não está ainda em condições de absorver. Sobretudo nas

indústrias cujo consumo de energia faturamentos, apesar dos incentivos p. 68.419, de 25 de março de 1971.

Acresce que os recursos retirados mecanismo nem sempre retornam na m. é no Centro-Sul e Sul onde se concentos no setor energético.

Portanto, uma revisão na política deste, poderia ser objeto de estudo atu no, a fim de que, a partir de um tratam desiguais, não se venha a agravar o das áreas economicamente menos des-

I — Assessoria Conjunta e Permanente, Fazenda, Interior e Planejamento,

A Região e, em particular, as class buco, se ressentem de uma presença m efetiva desses Ministérios.

Não se critica a atuação do Minis estritamente fazendário, satisfatoriame legacia local da Receita Federal, nem cionados Ministérios, através dos seus pouco se desconhece a importância de representantes ministeriais no Conselho órgão que coordena o desenvolvimento

Constata-se apenas a necessidade ter permanente, mais ampla e coordena Região. Assessoria esta instalada aqu naria possível a manutenção de um diá Ministérios. Assim, em quaisquer circ anotadas e transmitidas ao Governo, as mais importantes e urgentes reivin organismos e classes empresariais do l

Julga-se que a existência da re área, instituída ao nível de coordenaç altamente proveitosa, tanto pela cons como pela análise conjunta dos proble

J — Formação da Mão-de-Obra Esp

Renovam-se aqui, gestões que têm deste Sindicato no sentido de serem ef tos na formação de mão-de-obra espe específicos nas Escolas Técnicas e der

Senhor Ministro Delfim Netto,

Nesta ocasião histórica em que V. Exa. visita Pernambuco, o setor empresarial representado por este Sindicato, saúda o Governo da República na pessoa de um dos seus mais dignos e capazes Membros e empresta o seu irrestrito e firme apoio aos seguintes programas, projetos e medidas que considera do maior interesse para esta Região:

— ao PROTERRA, pelos benefícios que trará à economia do setor primário regional o qual, pela sua fragilidade e sujeição às intempéries do clima, por muito tempo ainda necessitará de uma vigorosa assistênica por parte do Poder Público;

— à racionalização e correção das distorções na agroindústria do açúcar cujas reivindicações certamente estarão devidamente equacionadas em memorial específico que V. Exa. receberá;

— ao Projeto Sobradinho — Moxotó que, através da perenização de vários rios intermitentes e ampliação das áreas irrigáveis, beneficiará uma ampla faixa da zona árida do Nordeste, e especialmente de Pernambuco, num total aproximado de 1.107.000 hectares, através do mais econômico sistema, isto é, por gravidade, permitindo a fixação de mão-de-obra produtiva e consumidora além de mudar a fisionomia ecológica das zonas áridas de Pernambuco;

— à intensificação dos investimentos para construção de estradas vicinais em nosso Estado, com recursos do Fundo Rodoviário ou de outras fontes, como medida imperiosa e necessária à incorporação de grandes áreas produtivas sem acesso ao mercado consumidor;

— a uma já anunciada política tributária mais justa, permitindo-se aos Estados consumidores condições de maiores investimentos em setores prioritários, além de uma melhor e conseqüente distribuição de renda;

— a maiores investimentos do Governo Federal na área, principalmente àqueles ligados aos setores de comunicação, transporte, energia, saúde e educação;

— à revisão da política salarial da SUDENE, pela importância de que se reveste na preservação e retenção dos quadros técnicos regionais;

— à instalação de uma "Central de Fertilizantes", em Pernambuco com a extensão ao nosso Estado, na zona Sul do Recife, do polo petroquímico baiano, tendo em vista a quase equidistância entre Recife e Salvador da futura área de libertação de gás de petróleo na plataforma de Sergipe;

— a maiores aportes de recursos para a produção, construção de silos e fixação de preços para os produtores agrícolas regionais, que são os produtores e o produtor;

— ao plano do Governo do Estado para os distritos agroindustriais."

A importância desse documento, pela seriedade dos problemas apresentados, pelo Governo providências urgentes nas gestões apresentadas, todas elas ligadas ao próprio desenvolvimento do Nordeste.

Trata-se de assunto do maior interesse e até de sua segurança, pois está vivo o sentimento de brasileiros. (*Muito bem; muito cumprimentado.*)